

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A.A.V.V. (1995). *Escolas, Espaços de Educação*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Almeida, F. (1992) [1912]. *Saibam Quantos... (Cartas e Artigos Políticos)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barros, J. (1920). *A República e a Escola*. Lisboa: Aillaud Bertrand.
- Barros, J. (1908). *A Escola e o Futuro (Notas sobre Educação)*. Porto: Livraria Portuense de Lopes e C.a.
- Beja, F. et al. (1987). *Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941 (Vol. I)*. Lisboa: Direção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação.
- Cid, S. (1983). *Obras (Tomo II)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Freire, J. e Lousada, M. A. (2013). *Roteiros da Memória Urbana* – Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX. Lisboa: Colibri.
- Leite, A. M. P. (coord.) (1990). *Raul Lino: artes decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo.
- Magalhães, J. (2012). *República e Regimentação: o Estatuto Fundante da I.ª Reforma Republicana do Ensino Primário*. In A. Adão, J. Pintassilgo e C. M. Silva (orgs.), *O Homem vale, sobretudo, pela Educação que possui. Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação, pp. 11-21.
- Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente*. Porto: Edições ASA.
- Nóvoa, A. (1989). *A República e a Escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades*. In *Reformas de Ensino em Portugal*. Reforma de 1911 (Tomo II, Vol. I, pp. IX-XXXIV). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs (Vol. I)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Pintassilgo, J. et al. (2012). *Da Escola Normal à Escola Primário de Lisboa (1862-1988)*. In J. Pintassilgo (coord.), *Escolas de Formação de Professores em Portugal* (pp. 333-388). Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo J., Mogarro, M. J., Henriques, R. P. (2010). *A Formação de Professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, C. M. (2016). *A Primeira República Portuguesa Recria o Ministério da Instrução Pública: um esforço de aproximação aos sistemas escolares europeus*. *História da Educação*, 20 (50), 367-381.
- Silva, C. M. (2015). *Escolas, Higiene e Pedagogia: espaços desenhados para o ensino em Portugal (1860-1920)*. In M. J. Mogarro (coord.), *Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 93-117). Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, C. M. (2002). *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma análise histórica sobre a arquitetura escolar portuguesa (1860-1920)*. Lisboa: IIE.
- Silva, V. L. G., Petry, M. G. (orgs.) (2012). *Objetos da Escola. Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX)*. Florianópolis: Editora Insular.
- Teses do Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos professores primários de Portugal (1914). Porto: Tipografia A. F. Vasconcelos.

## A ESCOLA NORMAL DE LISBOA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERCURSOS, IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO SOB O SIGNO DA PEDAGOGIA REPUBLICANA DA EDUCAÇÃO NOVA

Maria João Mogarro

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa  
mjmogarro@ie.ulisboa.pt

A Escola Normal de Lisboa representa um símbolo maior da formação de professores, nomeadamente durante o período republicano (1910-1926), em que se registou um investimento significativo na formação de professores, tanto ao nível do discurso político e educativo, como no esforço reformista. O ensino normal conheceu então a sua fase de apogeu, pela importância que foi atribuída à formação de docentes, fundamental na conceção da educação como motor do desenvolvimento e progresso do país, assim como na construção do chamado Homem Novo – o cidadão republicano, culto e instruído, participante ativo na vida política da nova nação que a República, laica e democrática, queria criar. Os professores eram os agentes desta política e as reformas republicanas do ensino normal, a partir da de 1911, refletiram a preocupação com a formação deste professor novo. No entanto, não se pode esquecer que houve um percurso anterior das escolas normais e que elas se inscrevem num itinerário de formação iniciado em 1862, ainda sob a monarquia liberal e constitucional. A investigação sobre estas escolas e sobre o ensino por elas assegurado tem sido desenvolvida nos últimos tempos (Pintassilgo & Mogarro, 2015; Pintassilgo, Mogarro & Henriques, 2010, 2012; Pintassilgo & Serrazina, 2009), apresentando especial relevância os estudos apresentados no livro dirigido por Joaquim Pintassilgo (2012) sobre *As escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memórias*, que retoma investigações anteriores, ampliando-as e desenvolvendo-as, nomeadamente no capítulo *Da Escola Normal à Escola do Magistério Primário de Lisboa (1862-1988)*, da autoria de Joaquim Pintassilgo, Lénia Pedro, Manuela Rodrigues, Maria João Mogarro e Rui Afonso Costa, que em grande parte se convoca para este texto.

## 1. PERCURSO DE UMA INSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Apesar de toda a retórica que animou o discurso político sobre a formação de professores, os anos que se seguiram à implantação da República foram de grande instabilidade, com a concretização muito lenta das reformas ou a sua substituição por outras reformas, antes de se terem implementado as anteriores. A coexistência de escolas de formação de professores para o ensino primário apresentando níveis, cursos e planos de estudos diferenciados marcaram esta fase.

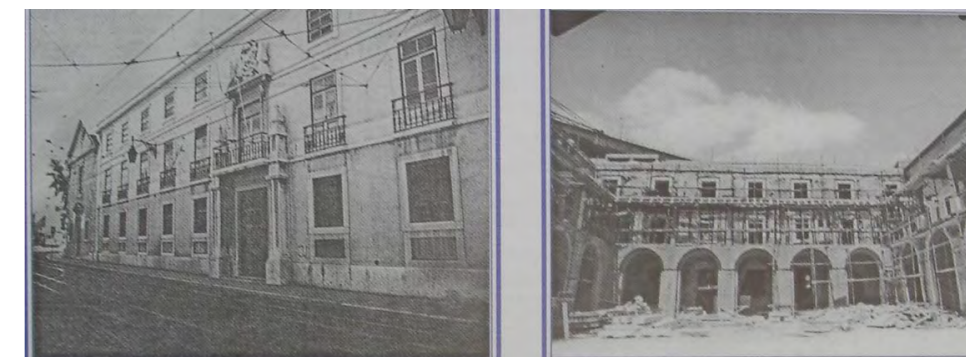
Além das Escolas Normais de Lisboa, funcionavam as do Porto e de Coimbra, duas em cada uma destas cidades destinadas ao sexo feminino e ao sexo masculino. Havia, além destas, dezassete Escolas de Habilitação para o Magistério Primário, localizadas na quase totalidade das capitais de distrito. A reforma de 1911, abrangendo o ensino primário e normal, contemplava apenas três Escolas Normais, em regime de coeducação, em Lisboa, Porto e Coimbra, extinguindo as Escolas de Habilitação para o Magistério Primário e transformando-as em Escolas Primárias Superiores. No entanto, as medidas dessa legislação, que sofreu sucessivos ajustes (em 1914 e 1916), não se concretizaram, mantendo-se em vigência, nos anos iniciais da República, a reforma de 1901 e os seus diplomas complementares. Com efeito, a Lei 233 de 07.07.1914 repete que foram criadas três Escolas Normais em Lisboa, Coimbra e Porto “em substituição das actuais escolas de ensino normal e de habilitação ao magistério primário” e que “depois destas funcionarem regularmente podem ser criadas outras, por requerimento das juntas gerais de distrito”. Estas seriam as “novas escolas normais”, referidas de novo na legislação de 1916 e que em 1918 ainda não funcionavam como se pretendia. Na verdade, o Decreto 3:885 de 6 de março daquele ano confirma que as escolas de ensino normal eram “escolas de transição”, enquanto não funcionassem as “novas escolas normais primárias” criadas anteriormente (1911, 1914 e 1916) pela legislação republicana. A reforma de 1919 enquadra, finalmente, a verdadeira transformação republicana do ensino normal e as novas escolas de formação. Durante oito anos tinha-se adiado a formação de professores verdadeiramente republicanos.

Durante este período, muitos testemunhos transmitem a ideia da deficiente qualidade de formação dada nas escolas normais e o estado de decadência em que se encontravam: são as vozes de pedagogos, professores e mesmo alunos que se fazem ouvir na imprensa pedagógica.

Em Lisboa, a Escola Normal Primária para o sexo masculino passou, em 1914, para as instalações do edifício do Calvário (Figs. 1 a 4), que acolhia a Escola Normal feminina de Lisboa desde 1866, no âmbito do processo de fusão das duas escolas e da concretização do regime de coeducação preconizado pelos republicanos. Este regime, a par da defesa da escola laica, foi uma das referências fundamentais da construção retórica da educação desenvolvida durante este período.



**Fig. 1 e 2** – Convento do Calvário. Frontaria e pátio interior  
Fonte: Escola Superior de Polícia, 1984-1999, 15 Anos ao Serviço de Portugal. 1999



**Fig. 3 e 4** - Convento do Calvário restaurado pela P.S.P.  
Fonte: Escola Superior de Polícia, 1984-1999, 15 Anos ao Serviço de Portugal. 1999

Em 1919, as antigas escolas normais e de habilitação para o magistério primário encerraram (passando a funcionar como escolas primárias superiores) e as novas escolas normais republicanas iniciam a sua atividade: primeiro a de Lisboa (1918-1919), depois as de Porto e Coimbra (ambas em 1919-1920), Braga (1920-1921) e Ponta Delgada (1922-1923).

O símbolo maior do investimento republicano na formação de professores foi, contudo, o novo edifício da renovada Escola Normal de Lisboa, inaugurada em 1918. De facto, é neste ano que a Escola Normal Primária de Lisboa passa a funcionar em edifício próprio, especificamente projetado para o efeito pelo arquiteto Adães Bermudes, tendo sido construído na Quinta de Marrocos, em Benfica (Fig. 5). No entanto, sublinhe-se que o Diário do Governo de 25 de agosto de 1931 refere que foi então acabado o edifício de Benfica, pelo que, apesar de ter entrado em funcionamento em 1918, só em 1931 se terão dado por

concluídas as obras. A monumentalidade do edifício coloca-o ao nível de um verdadeiro “palácio da educação”, como pretendiam muitos políticos e intelectuais que consideravam a educação o elemento mais decisivo para o progresso do país. Essa monumentalidade contribuirá para se considerar a nova Escola Normal como a “Sorbonne de Benfica”, expressão que, como refere Moreirinhas Pinheiro (1990, p.94), as vozes mais críticas utilizavam para se referir depreciativamente à nova instituição de formação de professores.



**Fig. 5** - Escola Normal/Magistério Primário de Lisboa Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Mário Novais

A 1 de abril de 1922, o Decreto n.º 8 086 manda anexar à Escola Normal a Escola Primária Superior do Instituto do Professorado Primário e, no ano de 1924, a 24 de setembro, a direção da Escola Normal foi autorizada a ceder as dependências da Quinta de Marrocos que julgasse dispensáveis para nelas se instalar, a título provisório, o Instituto do Professorado Primário. Registe-se ainda que em 1933, já com a designação de Escola do Magistério Primário de Lisboa, o edifício albergou em quatro grandes salas dos 2.º e 3.º pisos, a Biblioteca e Museu do Ensino Primário, instituição criada por decreto de 30 de março de 1933 (Pinheiro, 2001) e dirigida, na sua primeira década, por Adolfo Lima. Fez também parte deste complexo de Benfica o edifício situado na Estrada de Benfica, conhecido como Pensionato, que havia sido um palacete no século XIX; este casarão, situado no n.º 529, foi um estabelecimento de apoio aos alunos da Escola que vinham de fora de Lisboa e atualmente é a sede do Instituto Politécnico de Lisboa. Por seu lado, o prédio situado no n.º 533 da mesma Estrada destinava-se à residência do Diretor da Escola Normal e o n.º 533-A era destinado à residência do “chefe do pessoal menor”. Encontramos ainda hoje os dois edifícios destinados às escolas de aplicação, anexas à Escola do Magistério Primário, que funcionaram como as escolas de ensino primário n.º 47 e 48 (Fig. 6 e 7). A componente prática da formação dos alunos podia ainda efetuar-se nas escolas públicas de tirocínio e nas escolas particulares. Os primeiros regulamentos da Escola Normal Primária para o sexo feminino, de 1863, inspirados no regulamento de 1860 da escola masculina, referiam, no artigo 25.º do capítulo VIII, que o edifício destinado



**Fig. 6 e 7** - Fachada principal e lateral direita da escola de aplicação Fonte: SIPA

à Escola Normal feminina devia ter aposentos de habitação (para professoras, alunas e serventes), salas de aula, gabinetes, salas de estudo, enfermaria para as educandas e “oficinas indispensáveis para a economia interior da escola”. Aquela instituição devia contar ainda com “uma livraria aonde se achem coligadas as melhores obras sobre a educação e sobre o ensino, e sobre a organização, economia e direção das escolas primárias”, “uma coleção de mapas geográficos”, “uma coleção de instrumentos indispensáveis ao ensino do desenho linear”, “todos os utensílios necessários para a execução dos trabalhos próprios do sexo feminino”, “um terreno para recreação das educandas” e “uma escola primária anexa para os exercícios práticos do ensino”. Algumas fotografias do ano de implantação da República, publicadas na *Ilustração Portuguesa*, mostram como esse espaço foi ocupado pelos atores, para além de testemunharem algumas das atividades aí desenvolvidas (Fig. 8 e 9).



**Fig. 8** - Edifício do Calvário: «A aula infantil onde praticam as futuras professoras» na escola anexa Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 15/08/1910. H.M.L.

Na transição do século XIX para o século XX assiste-se a um discurso educativo fortemente assente nas conceções higienistas e no discurso médico-pedagógico, que invade no campo educativo, sendo enfatizadas as condições ligadas à promoção de práticas higiénicas entre os alunos, como o banho, as instalações sanitárias, as refeições, etc., assim como a necessidade de serem criados espaços próprios para atividades



**Fig. 9** - Edifício do Calvário: «O museu da escola e a exposição de labores» Fonte: Ilustração Portuguesa, 15/08/1910. H.M.L.

e científico como os museus, os laboratórios, os gabinetes de experimentação e as oficinas. Por outro, as práticas desenvolvidas ao nível da educação física (fig. 10) são, não só um exemplo desse ideal, mas, também, de alguma maneira, uma representação simbólica da vontade de transformar simultaneamente o corpo e a alma das futuras educadoras do povo, que criariam o homem novo, o novo cidadão, como sublinhámos desde o início.



**Fig. 10**- Aula de ginástica na Escola Normal para o sexo feminino do Calvário Fonte: Ilustração Portuguesa, 15/08/1910. H.M.L.

Em 1930 as escolas normais foram extintas pelo regime militar e a Escola Normal de Lisboa passou, então, a designar-se Escola do Magistério Primário de Lisboa, tendo processo semelhante ocorrido com as escolas normais em outras localidades do país. Esta designação manteve-se até ser substituída, em 1988, pela Escola Superior de Educação de Lisboa, que ainda hoje ocupa o edifício centenário, carregado de simbolismo e que possui um património histórico, arquivístico e museológico insubstituível (Mogarro, 2006a; Mogarro & Zaia, 2009) relativo à formação de professores.

## 2. OS ALUNOS E A FREQUÊNCIA DA ESCOLA NORMAL

Os republicanos defenderam o reforço da preparação e escolaridade dos candidatos às novas escolas normais (curso primário superior ou primeiro ciclo dos liceus, quando anteriormente bastava o diploma dos estudos primários) e um exame de admissão ainda mais exigente nas matérias que o compunham. Estas condições, assim como o grande número de desempregados que então se verificava, tiveram como consequência a diminuição de frequência do ensino normal – entre 1902 e 1921, as antigas escolas normais e de habilitação para o magistério primário tinham diplomado 9.228 (média: 534) novos professores primários; de 1918 até 1930, as novas escolas normais republicanas entregaram 1.652 diplomas (média: 165), como refere António Nóvoa (1987, pp. 659-675). O problema do desemprego foi resolvido, sentindo-se mesmo a falta de professores nos anos finais da década de 20. Nestes 12 anos, as mulheres são largamente maioritárias (86,1%) relativamente aos seus colegas masculinos (13,9%), consolidando paulatinamente o processo de feminização do corpo docente.

Mas um olhar sobre os alunos e as alunas obriga-nos a evidenciar as suas origens e as marcas indeléveis que ficaram do processo inicial de recrutamento do corpo docente, que passava a ter uma formação longa e consolidada, coroada por um diploma profissional, constituindo o código genético da profissão.

Os alunos que frequentaram as duas escolas normais de Lisboa nas primeiras décadas, até a legislação de 1881 ter imposto alterações profundas, merecem uma particular atenção. A questão relativa aos públicos para recrutar estes alunos foi uma preocupação expressa por alguns dos principais responsáveis educativos. Mariano Ghira, que defendeu a abertura urgente da escola normal feminina para colmatar as deficiências do ensino de meninas, identificou claramente as instituições de onde saíam preferencialmente as normalistas: “Nos recolhimentos do Calvário e da rua da Rosa, no asilo dos órfãos da febre-amarela da Ajuda, na casa Pia e ainda em outros asilos, se poderá recrutar bastante pessoal, com vocação e desejo de seguir o curso da

escola normal” (Ghira, 1866, p.266).

Um fator que irá influenciar o perfil diferenciado dos alunos e alunas destas escolas encontra-se na situação apresentada pelo referido educador quando, sendo Comissário de Estudos de Lisboa, alertou para o facto de não haver praticamente asilos e estabelecimentos de caridade para o sexo masculino, com exceção da Casa Pia, ao contrário do que acontecia com os asilos para meninas, em número significativo, particularmente na região de Lisboa. Assim, “para a grande quantidade de rapazes vadios que por aí se encontram, nem há asilo que os receba, nem destino para dar lhes” (Ghira, 1866, p.264).

Foi possível analisar um número significativo dos processos de candidatura para a admissão às Escolas Normais de Marvila e do Calvário, entre 1862 e 1881, correspondentes a 225 processos de alunas e 240 processos de alunos (Mogarro & Martinez, 2009a; 2009b; 2010). O argumento de uma situação de pobreza (por vezes extrema) é transversal à grande maioria dos documentos que os compunham, esclarecendo sobre as origens socioeconómicas do público escolar que se preparava para ser professor, nestes anos iniciais da formação, situando-se nas camadas mais desfavorecidas e baixas da sociedade. Esta situação é particularmente significativa entre as alunas, que eram maioritariamente originárias de asilos, recolhimentos e instituições similares - nos 225 processos analisados de candidatas à frequência da Escola do Calvário, 118 revelam que as jovens peticionárias provinham de instituições de natureza asilar.

Esta condição era ainda reforçada pela orfandade, apresentando-se 76 alunas e 28 alunos como órfãos de um ou de ambos os progenitores. A situação familiar confirma a pobreza como um dos aspetos estruturantes da vida destes jovens, referindo-se ainda muitas vezes a existência (em ambos os sexos) de mães solteiras, de um ou ambos os pais incógnitos e ainda o facto de estarem sob a responsabilidade de amas (e terem vivido com elas longos anos) ou tutores. No caso dos alunos, apenas 7 viveram em asilos, mas são referidos 9 alunos da Casa Pia de Lisboa e da Casa Pia de Évora, assim como 11 alunos originários da Escola Real de Mafra (10 candidataram-se na primeira metade dos anos sessenta), onde se tinham formado “a expensas públicas”. O contexto de pobreza explica também os pedidos para que os artigos pessoais que compunham o “competente enxoval” (exigido pelo regulamento em vigor) fossem custeados pelo Estado, pois as famílias dos alunos não os podiam pagar; no caso das alunas, este facto não é tão evidente, visto que as próprias poderiam confeccionar grande parte dos artigos exigidos no enxoval, como se esperava de jovens prendadas e habilitadas em trabalhos de agulha e costura.

As escolas normais de Lisboa eram as únicas instituições de formação no país, nesta fase, sendo expectável que fossem frequentadas por

jovens de diferentes origens geográficas, até porque os concursos eram abertos em todos os distritos do país. Por exemplo, segundo a relação dos indivíduos matriculados na escola masculina de 1862 a 1866, anexada ao regulamento de 1860, um número significativo de alunos, isto é, quase metade dos 45 alunos que concluíram o curso era natural de outros distritos do país, nomeadamente de Portalegre e Viana do Castelo. Mas no ano letivo de 1910, quando havia mais duas escolas normais para ambos os sexos, no Porto e em Coimbra, e 17 escolas de habilitação para o magistério primário, esse número, relativo agora às duas escolas de Lisboa, baixou drasticamente, com apenas 23 em 129 alunos vindos de outros distritos do País, nomeadamente de Aveiro e de Faro. De notar que alguns alunos eram casados. Ao longo deste período muitos dos candidatos não completavam o curso, por várias razões: reprovação, desistência e abandono, doença ou mesmo falecimento. Já na década de setenta, registam-se pedidos de readmissão à frequência da escola, com 20 pedidos entre os rapazes e 8 pedidos formulados por alunas mestras.

O Estado garantia, aliás, os custos da formação destes/as alunos/as mestres, pois a esmagadora maioria frequentou a Escola Normal respetiva como pensionista, sendo em número reduzido os alunos e alunas mestres que pagavam a frequência da escola, apenas 15 alunos na Escola de Marvila e 10 alunas na Escola do Calvário. No que respeita principalmente às alunas, mas também aos rapazes originários dos asilos, casas pias ou Escola Real de Mafra, o ensino normal era uma continuidade em relação às instituições onde tinham vivido antes. A sua existência fora suportada pela caridade privada e pública, que sustentava as instituições de acolhimento, e a possibilidade de frequentar um curso de formação de professores surgia numa altura em que tinham 18 anos e deviam abandonar o asilo, pois chegavam ao limite de idade e deviam dar lugar a outra menor desamparada, passando a ocupar um lugar no mundo do trabalho. Essa era também, nesta fase inicial, a idade mínima para entrarem na escola normal e, caso o conseguissem, ocupavam uma vaga de pensionistas, passando a receber uma pensão do Estado, agora para se formarem como professores/as. Durante mais dois anos continuariam a viver sob a tutela e proteção do Estado, que os/as alimentava e preparava adequadamente para o exercício de uma profissão prestigiada e muito mais considerada que outras que lhes estavam destinadas, quase naturalmente, quando eram obrigados/as a deixar a proteção dos asilos.

O regime de internato foi uma das questões centrais da criação das escolas normais, desencadeando debates apaixonadas sobre as suas vantagens e desvantagens na vida dos jovens e na qualidade da formação. Foi abolido na escola normal masculina em 1869 e na escola feminina só em 1883. Este regime isolava os/as alunos/as do mundo

exterior, numa clausura que, principalmente no caso das meninas, as protegia dos perigos e as colocava imersas numa comunidade reduzida e fortemente controlada, mas onde facilmente se moviam, pois tinha muitas semelhanças com a vida de internato que já tinham conhecido no asilo; a sobrevivência era-lhes assegurada pela entidade estatal; a formação profissional, que devia ser exigente, não só do ponto de vista literário, científico, pedagógico e profissional, mas também na sua dimensão moral, que implicava um grande domínio das atitudes e dos comportamentos. Em várias destas dimensões, a escola normal era a continuidade da vida na instituição asilar (o que lhe conferia conforto, na perspetiva dos estudantes), embora organizada em torno da preparação para o exercício de funções docentes e inspirada nos seminários católicos e nas organizações militares. Deste modo, experiência de ensino (que algum(a)s já possuíam antes de entrarem no ensino normal, nos asilos, casas pias ou Escola Real de Mafra), vocação e desejo de vir a ser professor/a concorriam nos/as alunos/as, que deixavam os asilos e recolhimentos e procuravam a Escola Normal para garantirem o seu futuro profissional. Para as jovens pobres, principalmente para as meninas institucionalizadas em asilos, a Escola Normal representava uma das reduzidas (talvez a única) possibilidade de mobilidade social.

Até 1881, ainda a frequência das escolas masculina e feminina (que tinha menos 4 anos de existência, pois abriu portas em 1866) estivera equiparada, com 258/183 e 250/141 alunos/as matriculados/diplomados, mas, de 1882 até ao ano letivo de 1902-1903, a diferença de matriculados e diplomados entre as duas escolas foi-se acentuando, com 367/227 na escola masculina e 835/570 na escola feminina, isto é, quase três vezes mais do que na escola masculina, sinal claro da feminização do corpo docente. Esta tendência tornou-se predominante nas décadas seguintes e constituiu um dos fatores da junção das duas escolas de Lisboa, em 1914, no edifício do Calvário, dado o número insignificante de candidatos a alunos-mestres e a importância crescente atribuída à coeducação. No entanto, os homens mantêm uma visibilidade incontestada no campo educativo, ocupando os lugares de direção e decisão, escrevendo na imprensa e surgindo nas imagens (como nas caricaturas) associadas à profissão; mas são as mulheres que protagonizam uma mutação sociológica profunda, com a feminização do corpo docente, num processo que se vai reforçar ao longo do século XX.

Como já referimos, o crescimento exponencial da formação de professores para o magistério primário, no período da vigência da reforma que vigorou de 1903 a 1918, traduziu-se em 12.493 inscritos no primeiro ano, 3930 dos quais nas escolas normais de Lisboa Porto e Coimbra. Destes diplomaram-se 9228, mas apenas 2723 nas escolas normais propriamente ditas de Lisboa, Porto e Coimbra. A título de exemplo, refira-se que no ano letivo de 1916-1917 a escola mista de Lisboa tinha



**Fig. 11-** Bando precatório promovido pelas alunas da Escola Normal de Lisboa a favor das vítimas da Revolução Republicana (1910) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa [A.M.L.]- Núcleo Fotográfico, Joshua Benoliel, SBN 001472

448 alunos (44 H + 404 M), tendo contribuído com 79 novos diplomas (a do Porto produziu sensivelmente o mesmo número de diplomados) para os 190 concedidos pelas escolas normais contra os 487 obtidos nas escolas de habilitação (*Anuário Estatístico de Portugal, 1917*). Apesar das críticas, a escola de Lisboa passava por ser uma das melhores do país, mas era patente que o seu peso na melhoria do ensino primário tinha menos relevância do que se poderia esperar, pois, o grosso dos professores primários era proveniente das escolas de habilitação para o magistério primário.

Em 1901, o diploma da Escola Normal torna-se obrigatório para ser professor/a do ensino primário e este facto não deixa de contribuir para o aumento do número de alunos que procuram esta formação.

Porém, o mercado de trabalho no ensino primário não crescia ao mesmo ritmo da expansão da oferta do ensino normal, o que motivou protestos das associações de professores. De facto, a República já estava distante dos tempos em que dos 91 alunos diplomados na primeira fase da escola masculina (1862-1869), 71 obtiveram um posto público de instrução primária, 8 no ensino privado e apenas 6 aguardavam ainda colocação por um posto no ensino público, tendo como referência o ano de 1870 (Leite, 1892). Mesmo nas décadas seguintes, até ao início do século XX, os professores de instrução primária também não tiveram dificuldades em exercer a docência. Nos anos 20, quando o ensino normal ministrado na escola de Benfica, como escola modelo de uma formação mais exigente, concretizava finalmente, sob a inspiração da Educação Nova, a utopia educativa republicana, o número de norma-

listas diplomados, por comparação com o período precedente, foi bastante restrito. Nem o valor superior que veio ser atribuído aos diplomas do ensino normal de matriz republicana inverteu esta tendência para a diminuição dos candidatos a alunos-mestres, tendo igualmente contribuído para refrear as candidaturas a constatação do excesso de professores primários.

Enquanto destinatários de uma formação intelectual e profissional, os alunos contribuíram, em maior ou menor grau, com as suas vivências escolares e destinos profissionais ou como propagandistas para a imagem social e pedagógica da escola. As primeiras gerações de normalistas masculinos, que viveram a escola de maneira comunitária, sujeitos a um horário quotidiano apertado e vigiado entre as 6 e as 22 horas (Mogarro, 2008b), constituíram também uma elite normalista (*Lista dos indivíduos matriculados na Escola Normal desde 1862 a 1866, e seus destinos*), que desempenhou um papel de relevo na construção do modelo escolar até ao final do século, como docentes e propagandistas na imprensa de educação e ensino, dinamizadores e participantes ativos de conferências e congressos pedagógicas, autores de manuais e organizadores e dirigentes de associações de classe (Nóvoa, I, 1987; Nóvoa, 2003), tendo continuidade nos alunos da Escola de Santos (1881-1914).

No Dicionário de Educadores Portugueses (Nóvoa, 2003), que não sendo exaustivo contempla ainda assim 900 biografias, contamos 33 biografados formados nas escolas normais de Lisboa, isto é, cerca de 3,6% das personalidades tratadas na obra. Destas, 27 são do género masculino formados na escola de Marvila (11), de Santos (15) e de Benfica (1), e as restantes 6 incluídas no dicionário foram alunas-mes-



**Fig. 12-** Irene Lisboa em 1917 e **Fig. 13** – Primeira página de Educação Feminina Fonte: Catálogo do Museu Irene Lisboa, Arruda dos Vinhos

tras da Escola do Calvário, com destaque para Luísa Robertes e Maria Albertina Costa, assinaladas na rubrica sobre os professores. Sabe-se que a feminização do ensino não teve correspondência no plano do reconhecimento público e institucional das professoras, mas estes dados indicam também que havia uma diferença qualitativa no ensino ministrado nas escolas normais masculina e feminina de Lisboa. Das alunas-mestras formadas durante a República é digna de menção Irene Lisboa, escritora e inspetora do ensino infantil, de que foi grande divulgadora, tal como a sua colega de curso Ilda Moreira. Aquela também foi pioneira da imprensa de alunos normalistas ao fundar a Educação Feminina, onde deu largas à sua rebeldia juvenil e criticou o ensino e as condições materiais da escola do Calvário (Pintassilgo & Serra, 2009). Esta publicação terá sido talvez a única produzida na escola durante o período republicano. A Educação Feminina apresenta-se como «órgão das normalistas de Lisboa» e que é publicado, apenas, entre 1 de abril e 22 de setembro de 1913, num total de sete números, sob a direção de Irene Lisboa e tendo como editora Ilda Moreira (Pintassilgo & Serra, 2009). O número de páginas era variável, entre quatro e seis, num formato de quarenta e cinco centímetros e a sua aquisição podia ser feita através de assinatura trimestral (Nóvoa, 1993). Os temas abordados eram muito diversificados: versavam criticamente sobre o ensino e o estado de degradação física da escola, a pedagogia cívica republicana (virtualidades regeneradoras da escola, culto da Pátria, festa da árvore), a representação do perfil profissional e social do professor primário (entendimento tradicional da arte de ensinar, valores da profissão, valorização da pedagogia prática), a moderna pedagogia de matriz escolanovista (formação integral dos alunos, assistência escolar) e a necessidade da educação feminina (formação para o trabalho e de melhores mães e educadoras). Sobre o velho edifício da Escola do Calvário escreveu Irene Lisboa:

A natureza inteira é um hino! (...) Lembro-me então que tenho vinte anos ... e ter vinte anos é ter um horizonte azul e imenso ante os olhos, é ter a alma embriagada de sonho (...) as férias estão no fim (...) e, enfim, que terei de voltar ao nosso pouco hospitaleiro e bem conhecido convento (...) A minha amiga imagina lá a decrepitude daquilo tudo! As paredes, dum só relance atestam bem quantas décadas já viram decorrer (...) e por toda a parte o tempo e a ruína traçam o seu estigma indelével e fatal (...) Dizem que temos um museu e um laboratório, mas julgo que é para decoração: é santuário vedado aos profanos! (...) Eu friso estas incúrias e verbero este criminoso desmando sem querer de forma algumas atingir injustamente as entidades superiores da Escola, porque a nenhuma delas competia por livre deliberação, remodelar este miserável estado de

coisas: que havemos nós todos de fazer? (...) Aventurarmo-nos então a pisar as dependências onde funcionava o antigo recolhimento há poucos anos é que oferece perigos! A formiga branca tem lavrado na sua obra de destruição, o caruncho é seu digno émulo, e as nuvens de pó e a escuridão casam-se para nos expulsar sem transigência. (...) Isto são misérias domésticas que até envergonha dizer. E aqui, nestas ruínas e nesta podridão se fala de progresso à mocidade ansiosa! Ouvem-se teorias belas de higiene e pedagogia rodeadas dos mais frisantes e claros contrastes (1913, p.1).

A mesma elite da primeira fase da escola de Marvila iniciou também a veia contestatária dos alunos da escola que se pode constatar em diferentes períodos até à República e depois de 1974. Assim, em 1864 efetuaram a primeira manifestação coletiva de protesto contra o racionamento dos benefícios dos pensionistas (ESELX-AH, 1864-866). E, a partir de 1895, as atas do Conselho Escolar registam a ocorrência de conflitos motivados por diversos fatores, nos quais participavam, por vezes, um número considerável de alunos, configurando situações de grave indisciplina. Aos inevitáveis desentendimentos entre alunos e professores podem acrescentar-se situações de enfrentamento do poder estabelecido na escola e até o envolvimento de alunos nas tensões entre docentes. Casos houve, porém, em que os alunos reivindicavam de forma mais contida o direito à iniciativa própria, como aconteceu com a fundação da caixa escolar e da tuna ou o desejo de maior autonomia das atividades circum-escolares e extraescolares: visitas de estudo e excursões, teatro e orfeão, participação em iniciativas de caráter festivo comunitário e nas festividades realizadas ao longo do ano letivo (ESELX-AH, 1895-1915; ESELX-AH, 1915-1926).

Saliente-se a existência de associações de estudantes em momentos diversos, ainda que pontuais. Segundo Adolfo Lima (1936), em janeiro de 1918 terá sido criada, ainda que por pouco tempo, uma associação de estudantes da Escola Normal, então ainda no Calvário. Terá promovido sessões artísticas, conferências, festas e excursões. O Regulamento Interno da Escola Normal Primária de Lisboa, publicado em 1920, refere-se à necessidade de organizar uma «Solidária» e esta poderá ter tido alguma atividade no período em que Adolfo Lima foi diretor da escola, já em Benfica.

### 3. OS PLANOS DE ESTUDOS REPUBLICANOS

A redução do número de escolas normais, no período republicano, permitiu também garantir a qualidade do ensino normal, centrando a formação dos alunos mestres nas questões específicas da profissão docente, regressando à caracterização que António Nóvoa enunciou:

La formation de l'enseignement nouveau exige l'utilisation de méthodes nouvelles basées sur les découvertes scientifiques de la pédagogie moderne. Ces écoles ont pour but de préparer des professeurs d'instruction primaire dévoués à la cause républicaine et engagés dans la transformation de la société. Mais le discours dominant au sein de ces établissements tend, de plus en plus, à privilégier les traits scientifiques-professionnels au détriment des caractéristiques idéologiques-politiques (...) Le nœud de l'enseignement normal est, plus que jamais, la formation professionnelle des élèves-maitres, c'est-à-dire la mise en place des programmes et des méthodes qui leur permettront d'acquérir tous les outils, scientifiques et pédagogiques, nécessaires à l'exercice de la profession enseignante. (Nóvoa, 1987, pp. 671-172)

As escolas normais republicanas reconheciam o papel social do professor do ensino primário, mas consideravam que ele devia ter por base sólidos conhecimentos científicos. Neste sentido, o plano de estudos consagrava as Ciências da Educação e as ciências de “aplicação” ou “instrutivas”, que se desdobravam em várias disciplinas que se podem apresentar da seguinte forma: nas Ciências da Educação - Higiene escolar, Psicologia geral, experimental e pedologia, Pedagogia geral e História da educação, Metodologia, História da instrução popular em Portugal e Legislação comparada do ensino primário; por seu lado, as ciências de “aplicação” ou “instrutivas” podem ser agrupadas por Educação física, Educação estética (Modelação e desenho, Trabalhos manuais, Costura e Laveres e Música e Canto Coral), Educação intelectual (Língua e literatura portuguesa, Matemáticas, Ciências físico-químicas e naturais, Agricultura e economia rural, Geografia geral e corografia de Portugal) e ainda a Educação Social, que se articulava com História da civilização e história pátria, Direito e Economia social e Economia doméstica (Nóvoa, 1987, pp. 675-678; Lima, 1927, p. 23; Decreto com força de lei n.º 5.787-A, de 10.05.1919). O curso centrava-se na formação profissional, que as Ciências da Educação asseguravam, e na formação sensorial e estética dos futuros professores, sendo dedicado bastante tempo a esta componente, pois as suas disciplinas (muitas vezes consideradas menores) eram agora consideradas fundamentais, funcionando como base para as aprendizagens que se orientavam pelos métodos ativos. Por seu lado, as componentes da Educação social asseguravam conhecimentos necessários ao desempenho do papel social do professor.

Na mesma perspetiva, eram promovidas visitas de estudo, excursões escolares, trabalhos agrícolas, participação em atividades da comunidade e em manifestações artísticas diversificadas, a par do associativismo estudantil. Não se pode deixar de realizar uma aproximação

comparativa aos primeiros anos do ensino normal, quando a Escola de Marvila havia sido dirigida por Luís Filipe Leite. De facto, registava-se um percurso da formação de professores, marcado pelo desenvolvimento da profissionalização da atividade docente e pela consolidação de um movimento pedagógico, que tinha as suas origens no último quartel do século XIX e fora protagonizado por pedagogos renovadores como Castilho, João de Deus, D. António da Costa, Adolfo Coelho, João de Barros ou Alves dos Santos. Da herança dessa primeira geração de pensadores e das instituições que eles animaram se reclamarão os representantes da Educação Nova, na década de 20, como afirmou Álvaro Viana de Lemos em Locarno, em 1927, pois ele sabia que o escolanovismo era o resultado da lenta evolução do pensamento pedagógico e de hábitos culturais, que se alimentaram também de contactos regulares com pensadores, instituições e realidades estrangeiras (Nóvoa, 1987, pp. 730-735).

A reforma do ensino normal está permeada pelos ideais pedagógicos da Educação Nova, sendo esta influência clara nos extensos e detalhados programas das disciplinas, de 1919, nomeadamente nas instruções pedagógicas que precedem cada um deles. Estes programas enquadravam a formação dos alunos mestres do ponto de vista filosófico e científico (ultrapassando a mera enumeração de temas) e eram um excelente espelho dos conhecimentos científicos da época, principalmente nos campos da pedagogia, da psicologia e da sociologia (Nóvoa, 1987, pp. 675-683). Outro aspecto fundamental respeita à genealogia dos temas e problemas colocados por esta matriz de formação, muitos dos quais já haviam sido colocados pelos pedagogos renovadores e formadores de professores do último quartel do século XIX, num esforço regular de aperfeiçoamento pedagógico.

#### 4. OS AUTORES DE MANUAIS, OS DIRETORES E OUTROS PROFESSORES RELEVANTES

Há, como se demonstrou, uma continuidade entre gerações e esta relação também se encontra nos autores dos manuais de pedagogia e metodologia que foram sendo produzidos no contexto do ensino normal, desde a institucionalização da formação de professores até à geração de educadores republicanos da década de 20.

Os autores desses manuais eram quase todos professores das escolas normais, principalmente das disciplinas de pedagogia e de metodologia e, de uma forma geral, os seus percursos de vida apresentam um perfil marcado por uma profunda ligação às questões educativas, aos debates do seu tempo e à atividade docente. No entanto, as suas formações eram diversificadas, assim como as filiações político-ideológicas e foram professores em outros níveis de ensino, para além

do ensino normal - advogados e juristas, cursaram teologia, foram literatos e pedagogos autodidatas, médicos, ensinaram em escolas primárias, liceus, escolas técnicas e colégios particulares (Bastos & Mogarro, 2009; Girão, 2005; Mogarro, 2006b, 2006c, 2006d; Nóvoa, 2003; Pintassilgo, 2006).

Os manuais de pedagogia, metodologia e didática apresentam uma “relativa homogeneidade do conteúdo (...) vistos no seu conjunto”, estão recheados de lugares comuns e constituem o dispositivo privilegiado para a fixação e divulgação do discurso comum de uma época.

Os manuais de pedagogia e didáctica publicados num dado período parecem-se demasiado uns com os outros. As definições apresentadas para algumas das categorias com base nas quais a pedagogia procura afirmar a sua cientificidade – por exemplo as que se referem aos métodos, modos, formas e processos de ensino – são decalcadas umas em relação às outras, já o sendo previamente em relação aos textos de origem (manuais de língua francesa, em geral), o que contribui para que a relação entre o discurso dos manuais e a inovação pedagógica (...) seja forçosamente marcada por alguma ambiguidade. (Pintassilgo, 2006, pp. 177-178)

Estes manuais foram elaborados com uma finalidade escolar, aspecto que está consagrado no próprio título de “Lições professadas” (Lima, 1927, 1929?, 1932, 1936), “Lições” (Pimentel, 1919, 1932), ou é referido em subtítulos como “em harmonia com o programa oficial, para uso dos alunos das escolas normais e de habilitação para o magistério primário” (Coelho, 1894, 1903) e estando em “harmonia com os programas das escolas normais” (Leitão, 1915).

A sua publicação compreende-se também no contexto das várias reformas. No século XIX haviam surgido os primeiros manuais de Graça Afreixo (1883) e Afreixo & Freire (1870), assim como o de Amaral Cirne Júnior (1881); já na década de 90 de oitocentos, foi publicado no Brasil o tratado de pedagogia de José Augusto Coelho (1891-1893) e apareceram os seus primeiros manuais dirigidos aos alunos do ensino normal (1894), que terão continuidade no início do século XX (1903, 1906), no âmbito da reforma de 1901-1902. Por seu lado, a obra de António Leitão inicia-se também nesta fase e o seu manual de pedagogia (1903, 1906) conhecerá sucessivas reedições e reimpressões (como em 1915) ao longo do regime republicano, num processo articulado com o papel que o autor desempenhou na construção das novas escolas normais republicanas, principalmente na Escola Normal de Coimbra.

Estes docentes constituem um grupo profissional com uma cultura científica e pedagógica produzida num tempo de modernidade, que lhes fornece um substrato comum e os configura como uma comuni-

dade de educadores. Esta configuração é feita de traços morfológicos diversos (Nóvoa, 2003), embora um dos segmentos que os uniu tenha sido a abordagem histórica das ideias pedagógicas e dos fenómenos educativos. No campo de produção em que se situaram, ocuparam um lugar de intermediação: tributários de uma história da pedagogia e da educação elaborada por autores estrangeiros, (re)interpretaram as suas fontes, incluíram os pedagogos e a realidade portuguesa e escreveram as suas obras pensando no apoio às cadeiras que lecionavam e aos seus próprios alunos, mas também assumiram uma atitude de intervenção mais alargada. De facto, a presença destes temas na imprensa de educação e ensino evidencia claramente a pertinência da reflexão desenvolvida no âmbito do ensino normal (Nóvoa, 1993, 1994). Vejamos a importância de três autores de manuais que marcaram o período republicano e tiveram posições de destaque na Escola Normal de Lisboa.

De uma enorme erudição, José Augusto Coelho (1850-1925) foi professor do ensino normal no Porto e depois, a partir de 1894, das Escolas Normais masculina e feminina de Lisboa, que dirigiu, especificamente esta última, entre 1903 e 1910. Coelho é um dos mais reconhecidos pedagogos portugueses, considerado o iniciador, em Portugal, da pedagogia científica. Considerava a pedagogia “de direito a primeira disciplina numa escola de ensino normal”, articulando o pensamento pedagógico com a formação de professores. Além da sua obra referencial, desenvolveu intensa atividade em várias instituições do campo educativo, organizou e proferiu diversas conferências e participou, como redator e colaborador, em vários jornais e revistas da época.

Outro dos casos mais paradigmáticos é Adolfo Lima (1874-1943), figura representativa daquela que é a geração de referência da pedagogia portuguesa – a da Educação Nova. O seu pensamento e a sua ação marcaram as décadas iniciais do século passado (principalmente os anos vinte), em Portugal, conjuntamente com António Sérgio, Álvaro Viana de Lemos e Faria de Vasconcelos. Formado em Direito, Adolfo Lima dedicou-se desde cedo às questões da cultura, em especial à educação. Aderiu também ao anarquismo e dele foi defensor até ao final da vida (Candeias, 2003, p. 736-746). Foi escritor de peças infantis e crítico de teatro, tradutor de literatura, psicologia, educação, entre outras áreas do conhecimento. Na síntese sobre a vida de Adolfo Lima, António Candeias sublinha:

É na educação que a sua obra e acção se podem considerar marcantes (...) Lima escreve diversos livros e artigos, funda revistas e exerce funções como correspondente em Portugal de revistas pedagógicas estrangeiras, mantendo uma relação epistolar com alguns dos vultos principais da Educação Nova. No campo prático, a sua acção fez-

-se sentir na Escola Oficina n.º 1 (...), na Escola Normal de Benfica da qual foi, de 1918 a 1921, o primeiro director, no Liceu Pedro Nunes, nos serviços educativos de A Voz do Operário, na Liga Nacional de Instrução, na Associação dos Professores de Portugal, na Sociedade de Estudos Pedagógicos, na Liga de Acção Educativa, etc. Uma das chaves para a compreensão da obra deste pedagogo reside na sua adesão ao anarquismo. (Candeias, 2003, p. 736)

Para Candeias, as ideias fundamentais de Adolfo Lima sobre educação apresentam uma notável constância ao longo do tempo, pois o seu ideário educativo, assente nos estudos de psicologia, permanece praticamente inalterado desde os primeiros textos, publicados no período anterior à implantação da República, até aos últimos escritos; situando-se na esteira de pedagogos como Dewey, Claparède e Ferrière, a sua forma escrita tomava contornos muito rígidos, “científicos” (Candeias, 2003, p. 741), mas esta matriz não o impediu de dissertar sobre a “paixão pedagógica” (Lima, 1936, pp. 149-169).

Em 1927, Adolfo Lima foi preso pelo regime salazarista, na sequência da sua militância no campo da oposição política. Mais tarde, foi nomeado para diretor da Biblioteca e Museu do Ensino Primário, que foi instalada, em 1933, na Escola do Magistério Primário de Lisboa, tendo desempenhado estas funções durante quase uma década. Para Adolfo Lima, a Biblioteca e Museu eram verdadeiramente um museu pedagógico, a instituição que devia constituir um centro de formação de professores (Lima, 1932, pp. 118-122), e ele desenvolveu uma notável atividade para o valorizar e para transformar esta instituição num centro de formação e pesquisa, com um importante papel de difusão da cultura pedagógica (Mogarro, 2003). Esta conceção do museu pedagógico e do seu papel na formação docente inspirava-se no exemplo de instituições existentes nos países mais desenvolvidos e retomava a experiência do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa, que Adolfo Coelho dirigira a partir de 1883 e no âmbito da qual organizou uma das primeiras bibliotecas (senão a primeira...) com uma forte identidade pedagógica em Portugal (Sanchez, 2010).

Alberto Pimentel Filho (1875-1950), médico de formação, ocupa um lugar singular neste conjunto de autores. Foi professor do ensino normal, desde 1901, nas escolas de Lisboa, nas áreas das ciências físico-químicas e naturais, da pedagogia (1915-1916) e, mais tarde, de Psicologia e Pedagogia. A sua longa permanência no ensino normal, como docente de várias disciplinas fundamentais, é consistente com a publicação das respectivas lições. Ele ocupa um lugar de grande centralidade na construção do conhecimento pedagógico, da “ciência da educação”, nas primeiras décadas do século XX. Durante o seu percurso acompanhou a evolução dos programas e das práticas da formação

de professores, que conhecia profundamente, contribuindo de forma decisiva para a afirmação da pedagogia (e das ciências suas auxiliares) como disciplina de referência dos cursos de formação. Paralelamente, a preparação médica não foi alheia à atenção particular que deu aos aspetos psicológicos e fisiológicos, indispensáveis à consolidação de uma “ciência da criança”, a pedologia. Em 1919, publicou Lições de pedagogia geral e de história da educação, reeditada em 1932, “refundida e ampliada”; escreveu ainda outras duas obras fundamentais do pensamento pedagógico português: Psicofisiologia: resumo das lições professadas na Escola Normal primária de Lisboa no ano letivo de 1915-1916 e Pedologia (esboço de uma história natural da criança), ambas também com versões posteriores refundidas ou melhoradas. Profundo conhecedor dos autores e dos debates internacionais do seu tempo, que referiu abundantemente nos seus livros, defende a importância dos contributos da psicologia e da sociologia para a ciência da educação, desenvolvendo os fundamentos científicos da pedagogia e refletindo sobre o ofício do professor como uma arte ou uma ciência (Pimentel Filho, 1932, pp. 9-13; 35-39).

Alguns destes autores foram simultaneamente diretores, além de professores do ensino normal. Os diretores constituem, na sua maioria, uma galeria de nomes proeminentes no campo educativo, destacando-se, na segunda metade de oitocentos, Luís Filipe Leite (o primeiro diretor), Teófilo Ferreira e J. A. Simões Raposo, na Escola Normal destinada ao sexo masculino, tendo depois J. Augusto Coelho ocupado o lugar interinamente por um curto período (1902-1903). Antes da República, a situação na escola normal para o sexo feminino foi muito diferente. Desde o início do seu funcionamento, em 1866, e até ao final do século XIX, a direção foi exercida apenas por duas regentes: Rosalina P. Gomes de Sousa, de 1866 a 1881, e Maria Honorina Gomes de Sousa, sua filha, que desempenhou funções de 1882 a 1901. A orientação pedagógica aí praticada, pautada na primeira fase por um ensino religioso e pela valorização dos trabalhos femininos num regime de internato, foi evoluindo para uma maior atenção dada à preparação profissional. Apesar de a escola do Calvário ter contribuído, no período de 1881-1903, para produzir três vezes mais alunos-mestres do que a escola de Santos, foi sempre questionada a qualidade do ensino ministrado e a incompetência e reduzida qualificação académica do corpo docente e da diretora (Nóvoa, I, 1987). As comissões inspetoras identificaram esta situação e criticaram as condições materiais da escola e a gestão da diretora Maria Honorina, considerada incapaz de resolver os problemas de moralidade e de eliminar o estado “caótico” em que a escola se encontrava. Personalidades como o diretor da Escola Normal Masculina de Lisboa, Teófilo Ferreira, ou denúncias anónimas dão conta da repercussão pública de faltas graves atribuídas a alunas e professores (um professor

sedutor de alunas, uma aluna grávida, um professor ameaçado, advertência a uma professora), desde que no ano letivo de 1883-1884 o regime de externato foi implantado. No relatório respeitante ao ano letivo de 1902-1903, o diretor (então das duas escolas de Lisboa) antecipa algumas das considerações sobre a necessidade de uma reforma do ensino normal, nomeadamente o excesso de escolas de habilitação e a deficiente preparação das alunas candidatas. Reconhece também existirem problemas no ensino da caligrafia, do desenho, da música e da ginástica. Entre 1903 e o início de 1910, a direção da Escola Normal Feminina foi entregue a José Augusto Coelho. No seu relatório referente ao ano de 1903-1904 (Boletim da Direção-Geral de Instrução Primária, 1904), dá uma imagem positiva dos diversos serviços da escola onde reinaria a ordem, a disciplina e o amor ao ensino. Por isso, dirigiu a sua atenção para os aspetos materiais (edifício, mobiliário, meios de instrução), a que procurou dar um sentido mais prático e experimental. José Augusto Coelho é uma figura central no desenvolvimento da formação de professores mais ligada à pedagogia e à sistematização de um corpus educativo estruturante do modelo escolar (Nóvoa, II, 1987). Sucedeu-lhe interinamente, já em 1910, Frederico António Ferreira Simas, lente da Escola do Exército e futuro diretor do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, que foi também professor de Ciências físico-químicas e Geografia. A seu pedido, foi exonerado em meados do mesmo ano.

A instauração da República manteve e até acentuou a turbulência da situação política que caracterizou o final da Monarquia, com reflexos na vida interna da escola. Aí a conflitualidade no seio da comunidade escolar conheceu novos episódios, em que se fundem tensões político-educativas e interesses pessoais. Depois do 5 de Outubro, foram nomeados diretores os militantes republicanos José Lopes de Oliveira e José Tomás da Fonseca. O primeiro, formado em direito e depois professor nos liceus de Viseu e Passos Manuel, em Lisboa, reuniu sob a sua direção as escolas normais masculina e feminina por escassos meses. A fusão das duas direções seria definitiva a partir de então. O segundo, que já era também professor antes de ser diretor, tendo voltado a essa condição em 1918, ex-seminarista, jornalista, propagandista, militante republicano e anticlerical, deputado e senador, manteve-se no cargo até 1918, num período marcado por forte agitação estudantil e política, pela instabilidade advinda da fusão das escolas, em 1914, e pelo fim anunciado do ensino normal na escola do Calvário. Enquanto professor, regeu as cadeiras de Língua e literatura portuguesa, Moral, Geografia e história, Direito e Português.

As dificuldades sentidas por Tomás da Fonseca levaram-no a ponderar a demissão e a desabafar numa reunião do Conselho Escolar

que, apesar de favorável à coeducação, não tivera ânimo nem para a implementar de forma plena (por exemplo, as alunas entravam pela porta principal e os alunos pela porta da cerca; as aulas de ginástica e de música, com a exceção do orfeão eram separadas), nem para fazer aprovar um regulamento interno. Entre outras situações ilustrativas das tensões vividas na escola podem assinalar-se o reprovável comportamento moral dos alunos (em particular no teatro, no coro, nas festas de final de ano, na tuna, nos espaços fora da sala de aula), que originou vários inquéritos disciplinares; a degradação das relações professor-aluno e, também entre os alunos e o diretor, que se manifestou em atos de desrespeito e desobediência às suas ordens; as divergências pessoais e políticas entre professores e as sindicâncias que levaram à suspensão de alguns; as reclamações dos alunos por entrarem pela porta da cerca; os obstáculos institucionais à formação de uma associação de estudantes e de uma única caixa-escolar, bem como à greve académica; as representações dos alunos diretamente ao ministro. A gestão das relações humanas, profissionais e políticas entre os professores e entre estes e o diretor foi outro obstáculo ao normal funcionamento da instituição: fuga de informações para a imprensa sobre as divergências e conflitos pessoais entre o corpo docente, contestação dos horários e das disciplinas atribuídas, mal-estar provocado pela destruição do busto do rei D. Luís e da bandeira monárquica. Na realidade, grande parte do corpo docente vinha do tempo da Monarquia, tendo aproveitado a substituição do diretor por Câmara Reis, na fase final da ditadura de Pimenta de Castro, em 1915, para fazer acusações ao diretor compulsivamente afastado.

No início deste ano, o concurso de provas públicas para professores efetivos das escolas normais, proposto pelos professores José Lopes Oliveira e Alberto Pimentel, suscitou novas clivagens: os que o defendiam argumentavam que a competência dos professores normalistas na sala de aula nunca tinha sido avaliada, os que se lhe opunham reafirmavam que o professor primário “por conhecer os segredos do trabalho produzido na escola primária é o mais apto para professor das escolas normais primárias” (ESELXAH, 1895-1915). Para além dos aspetos recorrentes da burocracia escolar (horários, faltas, júris de exame) e dos problemas de indisciplina, em que Tomás da Fonseca reconhecia ser demasiado condescendente com os alunos, o Conselho Escolar ocupou-se das insuficiências da escola anexa, das experiências acerca da fadiga escolar, da criação de caixas-escolares masculina e feminina, que permitiu realizar passeios pedagógicos, do papel pedagógico das excursões pedagógicas, a favor das quais se pronunciou, da visita a escolas primárias, das sessões de arte ao domingo, do problema das aulas de ginástica e de música, após a junção das escolas, do vestuário próprio das alunas, da prática dos alunos-mestres, da imparcialidade e

equidade nos exames ou do reforço da visibilidade das ciências naturais.

Em fevereiro de 1918, Adolfo Lima foi nomeado para o posto de diretor e professor da Escola Normal de Lisboa, situada ainda no edifício do Calvário e a partir de novembro na de Benfica, a cuja comissão instaladora, presidida por Pedro José da Cunha (diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), pertencia desde 1916. Na escola de Benfica, Adolfo Lima presidia ao Conselho de Instrução, denominação posteriormente substituída por Conselho Escolar, que vinha da fundação da escola. Nessa qualidade dirigiu a construção dos alicerces pedagógicos da nova escola e o recrutamento do corpo docente marcado por uma exigência sem precedentes no ensino normal, em que se depositavam as esperanças da República na modernização da formação de professores. A escolha de alguém de inspiração anarquista e adepto da escola nova para reformar o ensino normal, desde a elaboração do currículo e dos programas à definição dos princípios que deviam reger a escola, mostra que o governo da República procurou uma personalidade independente dos grupos republicanos cujo pensamento educativo assentava na crença na regeneração da sociedade e na substituição do ensino tido por tradicional por um ensino científico (Nóvoa, 2003), o que representava também uma aspiração republicana. O seu ideário e empenhamento num movimento associativo de cariz político valeram-lhe a prisão em 1927 e o afastamento do ensino em 1932, tendo sido posteriormente nomeado diretor da Biblioteca Museu do Ensino Primário.

No primeiro Conselho Escolar em que participou, ainda na escola do Calvário, consciente dos problemas desta nos planos humano e educativo, projetou um modelo de escola em tudo contrário à que existia: a escola deveria ser um todo homogéneo e solidário onde imperava a amizade, o respeito e a união, de modo que, pela qualidade das relações e do ensino ministrado, perdurasse na memória dos alunos a formação nela recebida. São sintomas desta conceção de escola a mudança de algumas rotinas, desde a constituição da Associação Académica em resultado do diálogo com os alunos e com a participação de docentes na sua direção, à importância dada aos trabalhos manuais e ao desenho, passando por um plano de excursões, pela cantina, pela preocupação com a escola anexa (prática nas escolas municipais). Adolfo Lima dirigiu a escola de Benfica apenas até 1921, mas procurou assinalar-lhe um rumo iluminado pelas mesmas ideias pronunciadas perante os professores do Calvário: a nova escola deveria ser modelar e inovadora e com professores devotados ao ensino a que se deveriam subordinar os seus interesses particulares (ESELX-AH, 1918-1919).

Ademais, como salienta Nóvoa (II, 1987), a sua prática como diretor revelou um esforço de conciliação das suas ideias com os objetivos do regime: produzir professores republicanos, mas instruídos nas recentes descobertas científicas, metodológicas e pedagógicas necessárias ao exercício da profissão, isto é, “aprender para ensinar” (outros preferiam “aprender a ensinar” ou “para saber ensinar”). Esta divisa encerra uma orientação profissional determinante que visa dotar os futuros professores, agora que as condições de admissão eram mais exigentes, dos instrumentos científicos e teóricos (sociologia, psicologia, pedagogia) necessários para bem exercerem as diversas funções sociais que fazem parte da sua missão e, no quadro duma equilibrada relação professor-aluno, aplicar os princípios da educação integral e da escola ativa, de que as excursões educativas eram um dispositivo (ESELX-AH, 1918-1919). Trata-se de conceber e organizar a escola normal, inspirada nos modelos pedagógicos de Dewey, Claparède e Ferrière, como um todo coerente, perseguindo um ideal, mas em que a dimensão político-ideológica surge secundarizada face à dimensão científico-profissional e sociológica, sobre cuja problemática dissertou nas suas obras, nomeadamente nos manuais. Como professor e diretor e depois só como professor até 1932, foi responsável pelas cadeiras de Metodologia, Pedagogia, Educação social, Legislação e direito e Instrução moral e cívica.

Mas a escola que se queria nova não se havia libertado de todos os vícios da sua antecessora. No início de 1920, eclodiu um conflito sobre o horário de um professor que colidia com a sua docência no liceu e na universidade (ESELX-AH, 1919-1920). Apresenta então o primeiro pedido de demissão que não foi aceite, mas que viria a concretizar-se em maio do ano seguinte. Era a constatação dolorosa de que as suas funções essencialmente “pedotécnicas” e de protetor dos interesses e direitos dos alunos, de zelador da sua educação e dos princípios de ética profissional, em que devia fundar a nova escola, não se sobrepunham, no Conselho Escolar, aos interesses pessoais de um representante do corpo docente.

Sucedeu-lhe interinamente, de 1921 a 1923, João da Silva Correia Júnior, professor efetivo de Português e Literatura e, mais tarde, de Pedagogia e Francês. Exerceu funções docentes no liceu, foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública e lente catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa de que seria diretor em 1933. Como educador, preocupou-se com o ensino da língua e da literatura, a formação de professores e as questões pedagógicas e metodológicas, durante a sua docência na escola normal até 1929, tendo produzido, nos anos trinta, vários estudos sobre o ensino da leitura.

Em 1923, Luís Maria de Passos da Silva, precisamente o professor de Matemática e de Físico-química que havia estado na origem do

pedido de demissão de Adolfo Lima, substituiu-o. Coube-lhe a honra de coordenar uma plêiada de homens de ciência e pedagogos que foram atores empenhados na modernização curricular e na valorização da componente profissional da formação do professor primário (Nóvoa, vol. II, 1987). Eles foram certamente o conjunto de docentes mais bem preparados que a Escola Normal de Lisboa teve em toda a sua história. O próprio Luís Maria de Passos da Silva é um exemplo do elevado nível então alcançado, como o comprovam os seus manuais de desenho e de geometria descritiva para o liceu.

Após 1930, seguiram-se frequentes alterações na direção da escola, evidenciando-se uma certa indefinição da política educativa da Ditadura Militar e do Estado Novo relativamente a um estabelecimento de ensino que representava, simbolicamente e de facto, a melhor instituição republicana da formação de professores em Portugal.

Numa perspetiva diacrónica, o corpo docente variou sobretudo com a oferta e a procura do ensino normal, com o número de anos do curso e a quantidade das disciplinas do currículo. Os tempos fortes do quantitativo do corpo docente situam-se na segunda e terceira décadas do século XX, entre outros momentos. Um número significativo de professores acumulava as aulas com a docência em outras escolas e diferentes graus de ensino, desde as escolas primárias, aos liceus, às escolas técnicas, aos colégios particulares e até à universidade, pertencendo na sua maioria à categoria de interino, provisório, auxiliar, etc. O corpo docente das escolas de ensino normal sofreu profundas alterações, nomeadamente quando se fixou em Benfica, em 1919, e na passagem a Escola do Magistério Primário, em 1930. Para além disso, sobretudo até 1918, os professores lecionavam diversas disciplinas, por vezes no mesmo ano letivo, exceto nos casos das cadeiras de francês, ginástica e música, entregues normalmente a um só professor por longos períodos. As suas formações eram diversificadas, predominando a formação normalista até 1918. Alguns eram formados também em direito e medicina, outros cursaram teologia e música e frequentaram escolas superiores de letras e de ciências, outros ainda foram literatos e pedagogos autodidatas – percursos que estavam em linha com o perfil dos autores de manuais, o que se compreende porque todos formavam um universo docente de formadores de professores. Alguns procuraram estar ao corrente das novidades pedagógicas (nomeadamente os autores de manuais) coletadas em bibliografia e, mais raramente, em viagens ao estrangeiro.

Segundo o normativo de 1901-1902, o quadro do pessoal docente devia constar, em ambas as escolas, de 7 professores efetivos, mas nas escolas normais do sexo feminino três teriam de ser mulheres. No entanto, a distribuição equivalente dos recursos humanos não

correspondia às necessidades decorrentes do número de alunos que frequentavam cada uma das escolas. Os dados estatísticos apontam para um reduzido número de alunos da escola para o sexo masculino, em Lisboa (assim como nas outras escolas normais de Coimbra e Porto). Nos anos letivos de 1906-1907 e 1909-1910, o total de alunos matriculados na escola de Santos foi, respetivamente, de 17 e 30 alunos, e na escola do Calvário de 145 e 123 alunas. Não obstante, o seu corpo docente equivalia-se, com 9 professores na escola masculina e 10 na escola feminina, embora a este número se devam acrescentar os professores de ginástica e de música que habitualmente lecionavam também na escola feminina. Para além disso, há a destacar a superior qualidade e competência dos docentes da escola masculina, vários dos quais participavam em órgãos e comissões relacionadas com o ensino e escreviam na imprensa pedagógica, beneficiando também da representação masculina da profissão docente, apesar da acentuada feminização do professorado primário, como salientámos antes. Identificamos nas atas do Conselho Escolar, por ocasião da reunião das escolas no edifício do Calvário, no ano letivo de 1914-1915, 19 professores, predominando os que tinham formação normalista, dos quais apenas cinco eram do género feminino.

Alguns anos depois, a maior parte deste corpo docente seria obrigada a deixar o ensino normal. A mudança da Escola Normal Primária de Lisboa para as instalações de Benfca, em 1918-1919, não marcou apenas uma rutura com o espaço escolar do recolhimento do Calvário, que foi substituído por um edifício escolar construído de propósito para acolher a escola normal. Também no corpo docente se verificou um corte com o passado, mercê do recrutamento de um grupo de professores quase totalmente renovado, com apenas quatro a transitarem para o novo e monumental edifício. A maior parte dos professores então contratados tornara-se efetiva em poucos anos, mediante a apresentação dos planos das lições ou de um trabalho científico, o que posteriormente deixou de ser exigido. Assim, ao longo da década de vinte, o quadro docente da Escola Normal de Lisboa incluía vinte professores efetivos, na sua quase totalidade com formação do ensino superior, especialmente em direito, medicina, matemática/físico-química, filologia românica, geografia e história, o que representava um salto qualitativo sem precedentes e irrepetível nas fases seguintes.

Duas professoras tinham feito a sua formação na escola normal, outros docentes tinham o curso de habilitação para o magistério primário, a frequência do seminário, o curso da escola normal superior, de agronomia e do conservatório; outros, ainda, direito, medicina, belas-artes ou o conservatório. Como afirma Moreirinhas Pinheiro, no

seu núcleo base tratava-se de pessoas “competentes, muitos com nome já firmado no magistério, alguns, mesmo, já eram ou chegaram a ser professores universitários” (1976, p.79). Em maior ou menor grau, unia-os a adesão às Ciências da Educação e à Escola Nova em que se fundava o curso normal de Lisboa, centrado na formação profissional e na formação sensorial e estética dos futuros professores como base para as aprendizagens orientadas pelos métodos ativos. Por seu lado, as componentes da Educação social asseguravam conhecimentos necessários ao desempenho do papel social do professor (Mogarro, 2012). Mas eram igualmente figuras que, pelo seu pendor republicano e progressista e por pretenderem renovar o ambiente do ensino normal, tiveram os seus detratores. Como vimos anteriormente, estes apelidavam depreciativamente a escola de “Sorbonne de Benfca”, a qual, no final da Ditadura Militar e primeiros anos do Estado Novo, viu o poder central limitar a qualidade da formação que ministrava e os professores vindos da República a serem substituídos por outros merecedores da confiança do regime.

É longa a lista dos professores da Escola Normal de Lisboa, em abril de 1928, com indicação das disciplinas que lecionavam: João da Silva Correia Júnior e André Daniel Calvo Velasco (Português, Francês e Pedagogia), Raul Ferreira Navas (Geografia e História), José Gonçalo da Costa Santa Rita (Geografia, História, Pedagogia e Educação Social), Luís Maria de Passos da Silva e Jaime Maximiano Gouveia Xavier de Brito (Matemática, Física e Química), Frederico António Ferreira de Simas (Ciências Físico-Químicas-Naturais e Geografia), Alberto Pimentel (Psicologia, Higiene, Biologia, Ciências Físico-Químicas-Naturais, Pedagogia, Português, Instrução Moral e Cívica, Geografia), Adolfo Godfroy de Abreu e Lima (Pedagogia, Metodologia, Educação Social, Legislação e Instrução Moral e Cívica, Direito), José Francisco Teixeira de Azevedo e José do Vale Matos Cid (Educação Social, Instrução Moral e Cívica, Legislação e Direito), Tomás Vaz de Borba (Música e Canto Coral), Abílio de Jesus Meireles e Albertina Maria da Costa (Trabalhos Manuais e Desenho), Pedro José Ferreira (Educação Física e Noções de Higiene e Biologia), Fernando da Costa Cabral e Joaquim Manuel Duarte Ferreira (Educação Física, Higiene, Biologia e Ciências Físico-Químico-Naturais) (Pinheiro, 1990). Acrescenta-se ainda Luísa Robertes e Costa Sacadura, figura incontornável do higienismo escolar no campo da escrita e no exercício de cargos e comissões oficiais, que abandona o lugar, a seu pedido, em 1927. Neste grupo, importa mais uma vez realçar o papel central de J. Augusto Coelho, Adolfo Lima e Alberto Pimentel Filho na autoria de manuais para o ensino normal. Na mesma década, outro conjunto de professores foi recrutado na situação de interino e agregado, em particular para a disciplina de Trabalhos manuais.

No entanto, não podemos esquecer que, neste vasto corpo docente, há outros professores que exerceram anos a fio um trabalho continuado na Escola Normal, ao mesmo tempo que acumulavam as aulas com a docência em outras escolas, a intervenção na imprensa de educação e ensino e nos congressos pedagógicos, a escrita de manuais para o ensino primário ou para o ensino normal. Não foram figuras de primeiro plano, mas acabaram por prestar relevantes serviços na formação e valorização profissional do professor primário. De entre os muitos nomes possíveis, destaca-se o padre Tomás Borba, professor, pedagogo e compositor, que iniciou a sua atividade no ano letivo de 1916-1917 e terminou em 1937, quando se aposentou. Tomás Borba defendeu um ensino normal essencialmente prático e estimulante da sensibilidade artística e da educação estética, inserido na perspetiva da escola integral e atraente. Como musicólogo, pertenceu a vários organismos e comissões e difundiu a educação musical nas escolas normal e primária, no liceu, na igreja onde era capelão e por meio da imprensa. Publicou, por exemplo, *O canto coral nas escolas* (4 vols.) e os *Exercícios graduados de solfejo*, estes utilizados no ensino normal (Nóvoa, 2003).

Nas escolas normais de Lisboa, a formação dos professores primários foi principalmente uma tarefa masculina. Mesmo na escola para o sexo feminino, foi aumentando o peso dos professores no corpo docente, até se tornar dominante antes mesmo da junção das escolas de Lisboa no recolhimento do Calvário. As professoras estavam remetidas ao ensino na escola normal feminina, situação que se altera com a junção em 1914, embora as disciplinas destinadas exclusivamente às alunas lhes continuassem reservadas (Mogarro, 2008a). No primeiro terço do século XX, três professoras formadas em escolas normais conseguiram ombrear com os seus colegas masculinos, na escola normal e fora dela, em prol da instrução primária e da formação de professores, nomeadamente nas comissões que elaboraram programas e medidas para o ensino das primeiras letras e infantil.

Uma delas é a professora da escola feminina Luísa Robertes, a quem foram atribuídas, desde 1900, as disciplinas de Liores e ainda de Português, Francês, Desenho e Pedagogia. Com a integração das escolas, manteve-se no corpo docente e, juntamente com Maria Albertina Costa, passaria para a escola de Benfica, onde se tornou professora efetiva de Economia doméstica, costura e liores, de 1923 até ao final de 1930. As atas do conselho escolar de 1914 a 1920 dão conta do seu envolvimento na vida da escola, quer nos aspetos pedagógicos (defendia o reforço das metodologias de ensino, mas era contrária à coeducação e às excursões), quer nos conflitos pessoais, institucionais e políticos que marcaram essa fase da Escola Normal de Lisboa (ESELX-AH, 1915-1926; Nóvoa, 2003). Da sua produção pedagógica realçam-se os tra-

balhos Lições de pedagogia e Metodologia do ensino da geometria na escola primária.

Albertina Maria da Costa foi docente da Escola Normal entre 1904 e 1931, quando abandonou o ensino devido ao agravamento das suas dificuldades de visão. Em 1911 foi nomeada bibliotecária da escola do Calvário e continuou a ensinar Ginástica, Moral, Matemática e Português. A partir de 1918, no Calvário e em Benfica, passou a ensinar Economia doméstica, costura e liores, chegando professora efetiva de Desenho e Modelação em 1923 (ESELX-AH, 1915-1926; Nóvoa, 2003). Inserida no movimento da Educação Nova, empenhou-se no reconhecimento dos trabalhos manuais como área fundamental da formação normalista e na prática do ensino primário, cujas vantagens procurou divulgar na imprensa. As suas qualidades profissionais eram amplamente reconhecidas pelos seus pares e no seio dos docentes primários, muitos dos quais influenciou, como professora e autora das Lições de economia doméstica para a 2ª classe das escolas normais e de *Trabalhos Manuais: primeiros exercícios de dobragem de papel* (Nóvoa, 2003).

Finalmente, destacamos Amália Luazes que foi professora no ensino normal durante o curto mas agitado período de meados de 1910 a meados de 1918, assegurando as disciplinas de Moral e Economia doméstica, Liores e Desenho. Esforçou-se por valorizar a



**Fig. 13** - Manuel de Arriaga visita a exposição de liores. Atrás de si está o ministro da instrução  
Fonte: Ilustração Portuguesa, 28/07/1913. H.M.L.

formação profissional, cultural e académica da mulher, atitude que a levou a defender as visitas de estudo para alunos de ambos os sexos, que ela mesma realizava, considerando-as uma atividade educativa de maior valor que os livros. A esta linha de pensamento se opôs vivamente Luísa Robertes, que considerava estes insubsti-

tuíveis na formação dos alunos, considerando as excursões e visitas pedagógicas passíveis de prejudicarem a imagem moral da escola. Amália Luazes propôs, ainda, o uso de um vestuário racional para a prática da Educação Física e advogou a integração dos Trabalhos Manuais e não na disciplina de Moral. Fundou o Instituto do Professorado Primário Oficial Português (1916), de que foi subdiretora e depois diretora, e interveio nos debates sobre as questões de género, nos quais defendia a valorização profissional e académica da mulher e se opunha à representação masculina da profissão, pois, na sua perspectiva, os professores ocupavam os lugares de decisão, escreviam na imprensa e eram eles que tinham visibilidade na sociedade (ESELX-AH, 1915-1926; Felgueiras, 2008; Nóvoa, 2003).

A Escola Normal de Lisboa também foi prestigiada, científica e pedagogicamente, com a entrada para o seu corpo docente, ainda que por tempo reduzido, de personalidades como António Aurélio da Costa Ferreira e Álvaro Viana de Lemos, professores interinos da escola do Calvário a partir dos primeiros meses de 1915, onde introduziram alguns dos dispositivos característicos da Educação Nova. Costa Ferreira foi diretor da Casa Pia, entre muitas outras atividades,



**Fig. 14 e 15-** Exposição de trabalhos das alunas da Escola Normal do sexo feminino que encerrou no último dia de julho de 1914  
Fonte: Ilustração Portuguesa, 03/08/1914. H.M.L.

e na escola normal deu cursos de Pedagogia e de Psicologia experimental que, com os Trabalhos manuais, a Higiene escolar e a Ginástica, deviam constituir, segundo ele, as bases da formação do professor primário (Nóvoa, 2003). Por seu lado, Álvaro Viana de Lemos teve uma breve passagem pela Escola Normal de Lisboa, onde foi nomeado professor de Trabalhos manuais educativos. No período entre as duas guerras, Álvaro Viana de Lemos é justamente apontado como um dos principais interlocutores portugueses do internacionalismo escolanovista, cujo ideário divulgou intensamente nos seus escritos, e uma das figuras cimeiras da pedagogia portuguesa do século XX (Nóvoa, 2003).

Importa ainda realçar que, ao longo da existência do ensino normal em Lisboa, largas dezenas dos seus professores publicaram artigos em vários jornais e revistas externos à escola. Vejamos somente os dois

exemplos seguintes: entre 1924 e 1917, publicou-se a revista Educação Social. Revista de Pedagogia e Sociologia, fundada e dirigida por Adolfo Lima, na qual colaborou também Costa Sacadura, professor da escola normal, entre outros; e os docentes desta escola tiveram também colaboração assídua no jornal Diário de Notícias, na secção para crianças – o «Notícias Miudinho» –, iniciada em janeiro de 1926 pelos professores Alberto Pimentel, Albertina Maria e Tomás Borba.



**Fig. 16 -** O Chefe de Estado visitando a exposição de trabalhos escolares  
Fonte: Ilustração Portuguesa, 30/06/1923. H.M.L.



**Figura 17-** "Matinée de domingo" Fonte: Ilustração Portuguesa, 30/06/1923. H.M.L.

## 5. AS FESTIVIDADES DO CALENDÁRIO ESCOLAR

A inauguração, em 1862, da primeira escola normal para o sexo masculino teve um gesto simbólico de grande significado, com a presença do rei D. Luís I e do Ministro do Reino, Anselmo Braancamp, nesse ato, em Marvila. Durante a Monarquia não terá havido outras visitas régias, mas, durante a República, tornou-se habitual a presença das mais altas figuras do regime em eventos organizados pelas escolas de formação de professores de Lisboa. Exemplo disso mesmo é a visita, em 1913, do Presidente da República, Manuel de Arriaga, acompanhado do Ministro da Instrução, Sousa Júnior, à exposição de trabalhos da Escola Normal para o sexo feminino.

No ano seguinte, 1914, a imprensa noticia uma nova visita do Presidente Manuel de Arriaga à escola:

Numerosas foram as pessoas que visitaram a exposição, sendo esta também honrada com a visita do sr. Presidente da República e do sr. dr. Sobral Cid, ilustre ministro da instrução pública, tendo havido por essa ocasião uma sessão memorável, em que se trocaram alocações calorosas cheias de fé pelo futuro da escola em Portugal, entoando as alunas vários cânticos, sob a regência do distinto professor sr. Guilherme Ribeiro. Tanto os ilustres visitantes, como o corpo docente e as alunas, retiraram-se com as melhores impressões de tão encantadora festa. (Ilustração Portuguesa, 1914, 3 agosto)

As exposições de trabalhos aconteciam habitualmente no final do ano letivo. Se, por um lado, davam oportunidade para se trocarem alocações de fé sobre o futuro da escola em Portugal, por outro,

eram a expressão visível da componente prática do curso (Figs. 14 e 15): "a Escola Normal do sexo feminino tem nos últimos tempos revelado, no seu ensino, uma feição prática, muito para louvar. Dão-se sem dúvida muitos cuidados ao ensino teórico, mas merecem hoje muito mais os trabalhos práticos que são aqueles que as alunas têm verdadeiramente de lançar mão na sua vida profissional". Os trabalhos expostos incluíam desenhos, pinturas, rendas, bordados, "enfim de tudo o que pode constituir a bagagem preparatória de uma boa dona de casa" (Ilustração Portuguesa, 1914, 3 agosto). Os trabalhos eram vendidos e a verba obtida revertia a favor da caixa escolar.

Nos anos vinte ainda o Presidente da República, então António José de Almeida, se deslocava à Escola Normal Primária de Lisboa, para inaugurar a exposição anual dos trabalhos feitos pelos alunos, como aconteceu no dia 23 de junho de 1923 (Figura 16): "a cerimónia, a que também assistiram todo o pessoal docente e discente do estabelecimento e muitos convidados decorreu muito animada". Após a sessão inaugural, seguiu-se um pequeno sarau com recitação de versos por parte de algumas alunas e houve a participação do Orfeão sob a direção do reverendo Tomaz Borba. No dia seguinte, realizou-se uma matinée (Fig. 17), que também teve recitação de versos e a participação do Orfeão, "sendo esta festa de encerramento dos trabalhos letivos dedicada ao professorado primário" (Ilustração Portuguesa, 1923, 30 junho, p. 831). Estiveram presentes vários convidados, de entre os quais, delegações de alunos do Colégio Militar, Pupilos do Exército, Escola Agrícola de Paiã, Asilo Almirante Reis e de outros estabelecimentos de ensino.

A figura mostra como estas festas tinham uma função cívica de cariz republicano, bem visível no grande destaque dado ao busto da república portuguesa que encima, como um altar, todo o conjunto figurativo. Este registo fotográfico se, por um lado, revela posturas dos fotografados e do próprio fotógrafo que em nada se coadunam com o "natural", por outro, ilustra a importância dada pela escola à projeção externa de uma identidade institucional que, sob o patrocínio e a vigilância da República, parece querer entrelaçar-se com os assistentes protagonizando um momento de comunhão republicana (Pintassilgo, 1998).

Mas o acontecimento de maior carga simbólica durante o período republicano foi a cerimónia que assinalou o início da construção do novo edifício da Escola Normal. Estiveram presentes o presidente da república, Bernardino Machado, o governador civil de Lisboa, Lopes Fidalgo, o ministro da Instrução, Pedro Martins, e outros funcionários do ministério da Instrução, de entre os quais João de Barros, para além de outros convidados. Também parti-

cupou neste ato um grupo do Albergue das Crianças Abandonadas, acompanhado do seu diretor. A guarda de honra foi feita pela Guarda Nacional Republicana.

A mudança de casa de escola originou novas preocupações com a regulamentação do funcionamento organizacional a que não escaparam as atividades circum-escolares. O regulamento interno de 1920 dedica 34 dos seus 310 artigos a regular as excursões e as festas escolares, tendo as primeiras por objetivo o aperfeiçoamento integral das atividades fisiológicas, psíquicas e sociais dos alunos-mestres, isto é, fins essencialmente pedagógicos, necessitando as segundas de ter, igualmente, um intuito educativo ao qual se subordinava todo o programa, devendo o seu conteúdo musical, literário e teatral ter um cunho artístico e estético que enobrecesse e elevasse o espírito das crianças, dos jovens e das suas famílias, que deviam ser instadas a assistir às festas.

Mas as festas não ocorriam apenas no espaço da escola. Por vezes, como aconteceu em 1914, os alunos deslocavam-se a salas de espetáculo de Lisboa, que reuniam as condições logísticas e de acolhimento não existentes nas então Escolas de Marvila e de Santos, para darem outra amplitude social às suas iniciativas artísticas e tirar mais proventos para financiar as suas excursões de estudo:

Com a sua festa no teatro da República (hoje teatro São Luiz) afirmou mais uma vez brilhantemente a sua organização e o seu trabalho o orfeão das escolas normais de Lisboa, a mais notável agremiação que nesse género possuímos. (...) A primeira sociedade de Lisboa não faltou também à festa simpática do República, produzindo ela algumas centenas de escudos que vão ser escrupulosamente aproveitados em excursões de estudo (...) (Ilustração Portuguesa, 1914, 4 maio).

Outras vezes eram proporcionadas situações de aprendizagem fora do espaço escolar quotidiano, mas que continham igualmente uma dimensão recreativa. No período da República a prática das excursões tornou-se um indicador da pedagogia moderna. O referido sarau no teatro República serviu, como vimos, para angariar fundos para excursões: “a próxima excursão dos alunos é ao Algarve e a das alunas a uma das nossas regiões do norte que mais interesse educativo lhes possa proporcionar” (Ilustração Portuguesa, 1914, 4 maio).

## CONCLUSÃO

O percurso pela Escola Normal de Benfica e pelas duas escolas normais que, em Lisboa, a antecederam realça o lugar que ocupam como instituição / instituições de referência para a formação de professores em Portugal. O período estudado é claramente o de apogeu e afirmação do ensino normal, investido da responsabilidade de formar os agentes que iriam moldar o homem novo, o cidadão culto e participativo, que a República aspirava poder constituir o setor mais progressista da sociedade portuguesa. Esta responsabilidade para com o desenvolvimento e regeneração do país concretizou-se em escolas verdadeiramente novas e republicanas, mas que se construíram tardiamente e formaram os professores verdadeiramente republicanos quando o regime se encaminhava inexoravelmente para o fim, não tendo aqueles grandes possibilidades de levar à prática os princípios e valores em que tinham sido formados. Apesar das intenções generosas, o regime confrontava-se com o desengano das realidades. No entanto, uma perspetiva mais ampla levou-nos a olhar para a organização interna da escola, para as suas opções ao longo destes anos, para a sua articulação com a fase anterior e para as continuidades que se detetaram, balanceando-se estas com as inovações introduzidas pelas novas correntes pedagógicas. Alunos e professores, diretores e autores protagonizaram estes movimentos de tradição e inovação, mais de inovação que tradição, e expressaram nas suas opções e produções uma cultura escolar que revela a forte identidade das escolas normais como instituições de formação, suportadas em grande parte pelos métodos ativos e pela pedagogia da Educação Nova.

## BIBLIOGRAFIA

- Afreixo, J. M. G. & Freire, H. (1870). Elementos de pedagogia, para servirem de guia aos candidatos ao magistério primário. Lisboa: Typographia do Futuro.
- Afreixo, J. M. G. (1883). Apontamentos para a história da pedagogia. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Bastos, M. H. C. & Mogarro, M. J. (2009). Manuais de História da Educação em Portugal e Brasil (segunda metade do século XIX – primeira metade do século XX. In M. M. de Araújo (Org.). História(s) Comparada(s) da Educação (pp. 241-283). Brasília: Liber Livro / UFRN.
- Candeias, A. (2003). Lima, Adolfo. In: A. Nóvoa (Dir.). Dicionário dos educadores portugueses (pp. 736-746). Porto: Edições ASA.
- Cirne Júnior, F. A. do A. (1881). Resumo da história da pedagogia. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores.
- Coelho, J. A. (1891-1893). Princípios de pedagogia (4 volumes). S. Paulo: Teixeira & Irmãos Editores.
- Coelho, J. A. (1894). Elementos de pedagogia, para uso dos alunos das escolas normais primárias. Lisboa: Tipografia Matos Moreira & Pinheiro.
- Coelho, J. A. (1903). Noções de pedagogia elementar, coordenadas em harmonia com o programa oficial, para uso dos alunos das escolas normais e de habilitação para o magistério primário. Lisboa: Livraria Moderna, Editora / Empresa da História de Portugal, Sociedade Editora (2.ª ed. rev. 1906).
- Costa, A. (1870). Instrução nacional. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Escola Superior de Polícia, 1984-1999, 15 Anos ao Serviço de Portugal. Lisboa: ESP, 1999.
- Felgueiras, M. L. (2008). Para uma história do professorado primário em Portugal no século XX. Uma nova família: o Instituto do Professorado Oficial Português. Porto: Campo das Letras.
- Ghira, M. (1866). Relatório sobre a visita de inspecção extraordinária às escolas do distrito de Lisboa feita no ano lectivo de 1863-1864 e estatística das mesmas escolas no ano de 1864-1865. Lisboa: Tipografia da Gazeta de Portugal.
- Girão, L. (2005). “Tacto”, “bom senso” e “prudência” nos manuais de pedagogia e didáctica do magistério primário: a dimensão hermenêutica do trabalho do professor (Portugal, 1870-1950). Dissertação de Mestrado em Ciências de Educação. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Lisboa.
- Leitão, A. (1903). Lições de pedagogia. I. Psicologia e educação. Coimbra: Tipografia França Amado.
- Leitão, A. (1906; 1915). Elementos de pedagogia, em harmonia com os programas das escolas normais. Coimbra: Imprensa da Universidade (reimp. 1907; 2.ª ed. 1913; 3.ª ed. 1914; 4.ª ed. 1915; 5.ª ed. 191-; 6.ª ed. 191-; 7.ª ed. 1918; 8.ª ed.ª 1923).
- Leite, L. F. (1892). Do ensino normal em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Lima, A. (1927). Metodologia – lições de Metodologia professadas na Escola Normal Primária de Lisboa (Vol. I), 2.ª ed. Lisboa: Livraria Férrin (1.ª ed. 1921).
- Lima, A. (1932). Metodologia: Lições de Metodologia especial – Processologia – professadas na Escola do Magistério Primário de Lisboa (Vol. II). Lisboa: Livraria Férrin / Torres & C.ª.
- Lima, A. (1936). Pedagogia sociológica: Princípios de pedagogia e plano de uma organização geral do ensino. Lições professadas na Escola do Magistério Primário de Lisboa (Vol. II). Porto: Edição da Livraria Escolar Progredior.
- Lima, A. (s.d.) [1929?]. Pedagogia sociológica: Princípios de pedagogia e plano de uma organização geral da educação. Lições professadas na Escola Normal Primária de Lisboa (Vol. I). Lisboa: Edição de Couto Martins.
- Mogarro, M. J. & Martínez, S. A. (2009a). Unprotected girls and teacher training in Portugal in the second half of the 19th century. Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education, Vol. 45, Nº 1-2, 2009, pp. 179-190.
- Mogarro, M. J. & Martínez, S. A. (2009b). Os primeiros estudantes do ensino normal: origens sociais e formação de professores na segunda metade do século XIX em Portugal. In J. Pintassilgo & L. Serrazina (Org.). A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores: arquivo, história e memória (pp. 61-78). Lisboa: Edições Colibri / Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa / Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Mogarro, M. J. & Martínez, S. A. (2010). Normalistas e meninas de asilo: Origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, n.º 11, pp. 45-54. Acessível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>.
- Mogarro, M. J. & Zaia, I. B. (2009). Do Palácio ao Calvário: Escolas de formação de professores em Portugal no século XIX. In J. Pintassilgo & L. Serrazina (Org.). A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores: arquivo, história e memória (pp. 41-60). Lisboa: Edições Colibri / Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa / Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Mogarro, M. J. (2003). Os museus pedagógicos em Portugal: história e actualidade. In V. Peña Saavedra (coord.). I Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico – O Museísmo Pedagógico en España e Portugal: itinerarios, experiencias e perspectivas (pp. 85-114). Santiago de Compostela: Xunta da Galicia / Mupega – Museu Pedagógico da Galicia.
- Mogarro, M. J. (2006a). Archives and Education. The construction of educational memory / Arquivo e Educação. A construção da memória educativa. Sísifo. Educational Sciences Journal, 1, pp. 73-84. Acessível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- Mogarro, M. J. (2006b). Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos: circulação e apropriação de modelos culturais. In J. Pintassilgo, M. C. Freitas, M. J. Mogarro & M. M. C. Carvalho (Org.). História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais (pp. 233-257). Lisboa: Colibri / Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Mogarro, M. J. (2006c). História da Educação e formação de professores em Portugal (1862-1930). In Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. 17 a 20 de Abril de 2006. Uberlândia, MG: EDUFU / Núcleo de

- Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (publicação em CD-Rom). Também acessível em: [www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/principal.htm](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/principal.htm)
- Mogarro, M. J. (2006d). Livros, leituras e inovação pedagógica – a circulação de modelos culturais e o papel das bibliotecas particulares na formação de professores. *QUAESTIO – Revista de Estudos de Educação*, Sorocaba, SP, vol. 8, n.º 2, Julho/Dezembro, Novembro de 2006, pp. 63-74.
- Mogarro, M. J. (2008). A influência francesa na educação feminina em Portugal: modelos, discursos e representações. In J. M. Hernández Díaz (coord.). *Actas de las III Conversaciones Pedagógicas de Salamanca*. Congresso Internacional Iberoamericano “Influencias francesas en la educación española e iberoamericana (1808-2008)” (pp. 593-605). Salamanca: Globalia Ediciones Anthema.
- Mogarro, M. J. (2008). Tempo de formação, ritmos da profissão: o tempo nas escolas normais em Portugal. In R. Fernandes & A. C. V. Mignot (Org.). *O tempo na escola* (pp. 171-189). Porto: Editora Profedições.
- Mogarro, M. J. (2012). República e ensino normal: sob o signo da pedagogia da Escola Nova. In Á. Adão, C. M. Silva, J. Pintassilgo (Org.). *O homem vale, sobretudo, pela educação que possui: revisitando a primeira Reforma Republicana do ensino infantil, primário e normal* (pp. 45-60). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (e-Book; ISBN: 978-989-96999-4-6).
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps des Professeurs - Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)* (2 vols.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, A. (Dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (Dir.) (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA.
- Pimentel Filho, A. (1932). *Lições de pedagogia geral e de história da educação* (2.ª ed. refundida e ampliada). Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª (1.ª ed. 1919).
- Pinheiro, J. E. M. (1976). *Notas sobre a Escola normal de Lisboa e alguns do seus mestres*. Lisboa: edição do autor.
- Pinheiro, J. E. M. (1990). *Do ensino normal na cidade de Lisboa, 1860-1960*. Lisboa: Porto: Porto Editora.
- Pinheiro, J. E. M. (1995). *Elementos para o estudo da Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Pinheiro, J. E. M. (1996). *Escritos vários relativos à Escola Normal Primária e à Escola do Magistério Primário de Lisboa*. Lisboa: Edição do Autor.
- Pinheiro, J. E. M. (2001). *Notas Sobre Personalidades e Instituições do Ensino e da Cultura em Portugal*. Lisboa: Escola Superior de Educação.
- Pinheiro, J. E. M. (2002). *Notas dispersas sobre escolas e professores*. Lisboa: edição do autor.
- Pintassilgo, J., Mogarro, M. J. & Henriques, R. P. (2010). *A formação de professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. & Serra, A. E. (2009). *A Educação Feminina (1913), um projeto das «normalistas de Lisboa»*. In Pintassilgo, J. & Serrazina, L. (Orgs.). *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores*. Arquivo, história e memória. Lisboa: Edições Colibri, Centro de Investigação em Educação, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa, pp. 79-98.
- Pintassilgo, J. & Serrazina, L. (Orgs.) (2009). *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores*. Arquivo, História e Memória. Lisboa: Edições Colibri/Centro de Investigação em Educação da F.C.U.L. e Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2006). *Manuais de Pedagogia e inovação educativa no primeiro terço do século XX*. In J. Pintassilgo, M. C. Carvalho, M. J. Mogarro & M. C. Freitas (Orgs.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais* (pp. 175-200). Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (Coord.). *As escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória*. Lisboa: Colibri.
- Pintassilgo, J., Mogarro, M. J. & Henriques, R. P. (2012). *Das escolas normais às escolas do magistério primário: percurso institucional e enquadramento legal*. In J. Pintassilgo (Coord.). *As escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória* (pp. 333-388). Lisboa: Colibri.
- Pintassilgo, J., Mogarro, M. J. & Henriques, R. P. (2012). *Das escolas normais às escolas do magistério primário: percurso institucional e enquadramento legal*. In J. Pintassilgo (Coord.). *As escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória* (pp. 7-42). Lisboa: Colibri.
- Pintassilgo, J. & Mogarro, M. J. (2015). *Das Escolas Normais às Escolas do Magistério Primário: percurso histórico das escolas de formação de professores do ensino primário*. *Historia y Memoria de la Educación*, 1 (2015), Nº. 1, 2015, págs. 203-238.
- Pintassilgo, J., Pedro, L., Rodrigues, M. M., Mogarro, M. J. & Costa, R. A. (2012). *Da Escola Normal à Escola do Magistério Primário de Lisboa (1862-1988)*. In J. Pintassilgo (Coord.). *As escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória* (pp. 333-388). Lisboa: Colibri.
- Sanches, I. M. E. S. L. G. (2010). *Em busca de Bibliotecas Perdidas: A Biblioteca do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Publicações periódicas**
- Educação Social*. Revista de Pedagogia e Sociologia, dir. Adolfo Lima [A. 1, nº 1 (10 jan. 1924) - a. 4, nº 91/92 (15 out. 1927)]. – Lisboa: ed. Empresa Literaria Fluminense, 1924-1927.
- Educação feminina: quinzenario literario, científico e artistico: órgão das normalistas de Lisboa*, dir. de Irene Lisboa [A. 1, nº 1 (1 abr. 1913) - a. 1, nº 7 (22 set. 1913)]. Lisboa: Empresa da Educação Feminina, 1913.
- Escola Portuguesa: Boletim do Ensino Primário Oficial*. (1936, 27 fevereiro). Ano II. 72.
- Recursos eletrónicos**
- Anuário Estatístico de Portugal. (1875 a 1925). In Instituto Nacional de Estatística. Acedido a 16 de agosto de 2012, de <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>
- Arquivo Municipal de Lisboa- núcleo fotográfico. In Arquivo Municipal de Lisboa. Consultado em agosto de 2012, em <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF>
- Escola do Magistério Primário [material gráfico]. In Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Mário Novais. Cota CFT003.122555-122560. Consultado em agosto de 2012, em <http://alturl.com/dt2vx>
- Estatísticas de Educação, de 1943 a 1975. In Instituto Nacional de Estatística. Consultado a 16 de agosto de 2012, em <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>
- Ilustração Portuguesa. In Hemeroteca Digital. Consultado em agosto de 2012, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPortuguesa>